

Realização



COOPERAÇÃO E INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS DO BRASIL

A internacionalização do etanol e do biodiesel

Sergio Schlesinger



EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

FASE - Solidariedade e Educação

TEXTO

Sergio Schlesinger

ORGANIZAÇÃO

Núcleo Justiça Ambiental e Direitos, FASE

REVISÃO

Fátima Mello, FASE

PROJETO GRÁFICO

CravoRosa Design Estúdio

APOIO

Oxfam

Os conteúdos da publicação não representam necessariamente os pontos de vista da Oxfam

Foto de capa: Isselee | Dreamstime.com
sob Royalty Free

JULHO DE 2012





COOPERAÇÃO E INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS DO BRASIL

A internacionalização do etanol e do biodiesel

Sergio Schlesinger

SUMÁRIO

05	Apresentação
07	Introdução
09	O papel do Governo Federal
11	Memorando de Entendimento Brasil-EUA para o Avanço da Cooperação em Biocombustíveis
12	Cooperação na África Trilateral (Brasil-União Europeia)
12	Memorando de Entendimento entre o Brasil e a UEMOA
13	Memorando de Entendimento entre o Brasil e os Países Baixos
13	Pro-Renova - Programa Estruturado de Apoio aos demais Países em Desenvolvimento na Área de Energias Renováveis
13	Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)
14	Outros acordos
15	As ações da Petrobras Biocombustíveis
17	As empresas interessadas
18	As empresas do etanol
20	As empresas da soja
23	Os projetos de internacionalização em andamento
23	Etanol
23	Soja
29	Algumas tendências apontadas
33	Conclusões
35	Referências

A mesma paisagem?



Savana Africana



Cerrado Brasileiro

"A vegetação de savana é semelhante ao cerrado brasileiro. O álcool é, certamente, uma oportunidade".

Eduardo Leão de Sousa, diretor-executivo da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica)

Apresentação

O crescente papel da cooperação e dos investimentos internacionais do Brasil nos países do Sul, em especial na América Latina e África, tem suscitado um amplo debate sobre as tendências, motivações, contradições e estratégias brasileiras. Ao mesmo tempo em que celebra diversos acordos internacionais de cooperação o Brasil busca a internacionalização de empresas brasileiras, e essa é uma característica marcante no setor de agrocombustíveis.

São bastante conhecidos os problemas sociais e ambientais decorrentes da prática da monocultura para produção de agrocombustíveis – etanol e soja em especial - em grandes propriedades no Brasil, a ser replicada agora em outros países. Com estas questões no centro de nossas atenções, apresentamos a seguir um breve mapeamento das iniciativas, projetos, países, e atores envolvidos. Este mapeamento visa subsidiar a análise das tendências e contradições deste processo, e apontar caminhos de continuidade da crítica e das possibilidades de disputa e incidência sobre os rumos da cooperação e investimentos do Brasil.

Queima da cana



Decreto do Governo do Estado de São Paulo estabelece o banimento da queima da palha da cana até 2017. A queima é estreitamente vinculada ao corte manual, que é dificultado pela presença da palha.

Já para os países da África, os estudos de viabilidade da GVAgro apenas apontam vantagens (mais postos de trabalho) e desvantagens (danos ao meio ambiente e à saúde) do corte manual associado à queima da palha.

Introdução

O Brasil vem desenvolvendo nos últimos anos dois grandes programas de produção de agrocombustíveis para substituição de derivados do petróleo. O do etanol, alternativa à gasolina, utilizando a cana-de-açúcar como matéria-prima, e o do biodiesel, para ocupar o lugar do óleo diesel, produzido predominantemente, até os dias de hoje, a partir do óleo de soja.

O país é o maior produtor mundial da cana-de-açúcar e, no caso da soja, o segundo maior. Suas condições climáticas e disponibilidade de terras para expansão fazem com que governo e empresariado apostem na expansão acelerada desta produção, não só para o abastecimento do mercado interno. A liderança absoluta no mercado mundial de agrocombustíveis nas próximas décadas é um objetivo que vem sendo perseguido. Os elevados preços do petróleo e os programas de substituição de combustíveis fósseis em países desenvolvidos e emergentes alimentam esta ambição, pois a maioria deles não dispõe dos recursos naturais necessários à produção em larga escala.

Ao contrário do etanol, cujo aumento da produção requer a incorporação de novas terras, a produção do biodiesel poderá ser ampliada por muitos anos sem que seja necessária a ocupação de áreas adicionais de cultivo. Suas principais matérias-primas são o óleo de soja e a gordura animal, que respondem por cerca de 90% da produção. Assim como a produção de carne é a razão de ser da criação de animais, o farelo da soja, destinado à alimentação destes mesmos animais, é o principal produto do esmagamento da soja. O óleo de soja, no caso, pode ser considerado um subproduto neste processo. Além disso, dois terços da soja que o Brasil exporta são sob a forma de grão. Há assim, um imenso potencial para expansão

da produção do óleo, mesmo que mantido a quantidade produzida.

A estratégia do governo brasileiro vem sendo a de estimular a produção de etanol e biodiesel em outros países e regiões. Com isto, pretende assegurar aos países importadores alternativas aos produtos brasileiros, desfazendo a hipótese de que possa vir a se formar um novo cartel de países produtores de combustíveis e, assim, viabilizando o reconhecimento do etanol e do biodiesel como commodities internacionais.

A Petrobras Biocombustíveis participa ativamente deste processo. O BNDES, braço financeiro do governo, inclui os agrocombustíveis entre os setores prioritários no processo de internacionalização das empresas brasileiras. A Embrapa já possui diversos escritórios em outros países, incluindo as técnicas brasileiras de plantio no pacote oferecido aos países alvos desta parceria produtiva. Algumas iniciativas neste sentido já estão em andamento, envolvendo acordos internacionais, projetos de financiamento e obtenção de terras em países com potencial de produção.

O papel do Governo Federal

A frequente participação pessoal do Presidente da República nas negociações em torno da produção e comercialização de agrocombustíveis indica a prioridade concedida pelo governo ao tema, a partir do primeiro mandato de Lula. No governo Dilma, o Diálogo Estratégico em Energia é parte da agenda dos encontros com o presidente Obama, e a produção e comercialização do etanol são itens em destaque neste diálogo.

A natureza do tema conduz à liderança do Ministério das Relações Exteriores nas negociações internacionais. Para isto, foi criada a Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis do MRE (DRN), encarregada de propor diretrizes de política exterior e coordenar a participação do governo brasileiro em negociações bilaterais, regionais e em organismos internacionais sobre o tema. Na estrutura do MRE, destaca-se também a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que coordena os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica internacional, através de sua Coordenação-Geral de Cooperação em Agropecuária, Energia, Biocombustíveis e Meio Ambiente (CGMA).

Sob a coordenação do MRE, outros ministérios participam das negociações e atividades de cooperação. No caso do Ministério das Minas e Energia (MME), destaca-se o Departamento de Combustíveis Renováveis (DCR), responsável no Brasil pela supervisão da utilização dos recursos destinados ao fomento dos combustíveis renováveis e pelo monitoramento, estímulo e apoio a atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor. Pelo Ministério da Agricultura, destacam-se a Coordenação Geral de Agroenergia e a Embrapa, através de sua Assessoria de Relações

Internacionais e da Embrapa Agroenergia.

Em 2011, o Congresso aprovou Medida Provisória do Executivo, transformada em lei, que concede à Embrapa autonomia para operar fora do país. A nova lei visa facilitar a cooperação internacional e a transferência de tecnologia tropical para outros países, sobretudo da África e América Latina. A Embrapa já tem escritórios em Gana (Embrapa África), no Panamá (Embrapa Américas) e na Venezuela. Os principais financiadores externos dos projetos internacionais da Embrapa são o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola (FIDA), da ONU. (Embrapa, 2009)

Como difusora de tecnologia para produção e comercialização de cana e etanol, a Embrapa, através de sua área internacional, coordena o trabalho de duas de suas outras áreas. A Embrapa Tabuleiros Costeiros cuida dos projetos voltados para o sistema de produção da cana-de-açúcar e de etanol – fertilidade do solo, irrigação, zoneamento agroecológico, controle biológico, entre outros. Ali, técnicos e agrônomos africanos recebem formação nos cursos de produção da cana e do etanol promovidos e financiados pelo governo brasileiro. A Embrapa Agroenergia responde pela transferência de tecnologia de bioenergia, a partir da cana-de-açúcar e de outras matérias-primas, além de projetos de interesse comum aos países parceiros¹.

A Casa Civil, assim como os ministérios da Ciência e Tecnologia (Coordenação Geral de Tecnologias Setoriais) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secretaria de Inovação) são também participantes destas atividades.

O BNDES exerce papel fundamental na implementação dos acordos internacionais resultantes destes processos de negociação. O banco financia a internacionalização de empresas brasileiras, por meio da Linha de Investimento Direto Externo, criada em junho de 2005. O setor de agrocombustíveis é considerado prioritário nesta política de

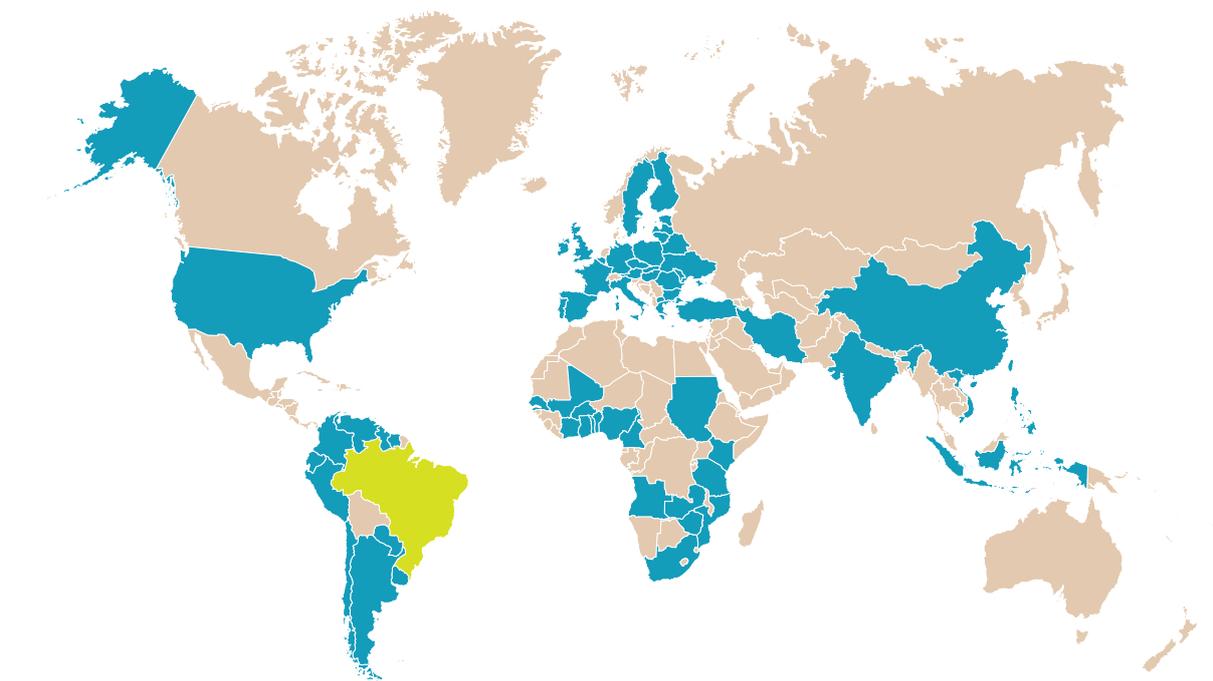
internacionalização, e para o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, a África é um continente preferencial para estes investimentos². O BNDES está também financiando, atualmente, a realização de estudos e pesquisas sobre a viabilidade da produção de agrocombustíveis em outros países, sob a orientação de seu Departamento de Pesquisas e Operações (DEPEQ).

Contatado pela Repórter Brasil, o MRE, através de sua assessoria de imprensa, destacou que também atua para garantir padrões de sustentabilidade na produção de etanol. O órgão explica que “o país atua em foros multilaterais sobre o tema, como a Global Bioenergy Partnership (GBEP), que visa a criar um conjunto de indicadores de sustentabilidade ambiental, social e econômica” para os biocombustíveis. O objetivo é que os indicadores, recentemente acordados, sirvam de base para as políticas públicas de bioenergia em países que ainda não têm marco legal (ou queiram reformar o atual) sobre o setor (Repórter Brasil, 2011).

1 Bunge no Campo. Ano 5, nº45, novembro/dezembro 2010.

2 BNDES apoiará companhias que querem atuar na África. Agência Estado, 16/11/11.

Brasil: acordos internacionais de cooperação em agrocombustíveis



Fonte: MRE, 2011.

Este conjunto de iniciativas de diversos órgãos do Governo Federal fez com que, até fins de 2011, segundo o Ministério das Minas e Energia, o Brasil já contabilizasse acordos com 78 países em torno da produção e comercialização de agrocombustíveis (Gomide, 2011). A seguir, descrevemos brevemente alguns destes acordos, destacando aqueles que, para além das declarações de intenções, já apresentam desdobramentos concretos.

Memorando de Entendimento Brasil-EUA para o Avanço da Cooperação em Biocombustíveis

Em 2006, Brasil e Estados Unidos, em parceria com o BID, criaram a Comissão Interamericana de Etanol, com o objetivo de disseminar a utilização deste combustível, definindo também políticas para a criação de um mercado mundial do produto. O Memorando de Entendimento sobre

Biocombustíveis, firmado em 2007, foi um desdobramento destas ações e, apesar de mencionar o biodiesel, focaliza principalmente as questões relativas ao etanol.

No plano bilateral, são focalizados os temas da pesquisa e desenvolvimento tecnológico para biocombustíveis de nova geração, sustentabilidade do etanol e padrões de produção.

No plano global, o Memorando prevê a expansão do mercado por meio do estabelecimento de padrões uniformes e normas. Para atingir este objetivo, foi definida a atuação conjunta no âmbito do Fórum Internacional de Biocombustíveis (FIB), uma iniciativa brasileira lançada em março de 2007, na ONU. O Fórum reúne, além do Brasil, a África do Sul, a China, os Estados Unidos, a Índia e a Comissão Europeia, e tem como principal objetivo transformar etanol e biodiesel em *commodities*. (Schutte e Barros, 2010)

Finalmente, no plano de terceiros países, Brasil e EUA declaram a intenção de trabalhar conjuntamente “para levar os benefícios dos

biocombustíveis a terceiros países selecionados por meio de estudos de viabilidade e assistência técnica que visem a estimular o setor privado a investir em biocombustíveis. Os países tencionam começar a trabalhar na América Central e no Caribe encorajando a produção local e o consumo de biocombustíveis, com vistas a trabalhar conjuntamente em regiões chave do globo”.

Quanto a estes terceiros países, diversas ações já foram realizadas para concretizar as metas previstas. No Brasil foram encomendados estudos à Fundação Getúlio Vargas (FGV), com financiamento e colaboração de diversas instituições, sobre a viabilidade produtiva dos biocombustíveis em sete países latino-americanos. (Marinho, 2011)

Segundo o MRE, foram ou estão sendo realizados estudos de viabilidade técnica e econômica sobre a produção de etanol nos seguintes países: El Salvador, Haiti, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis e Senegal. Esses estudos são submetidos aos governos dos respectivos países, com propostas concretas de implantação de projetos de produção de etanol, incluindo alternativas de financiamento. Em uma segunda fase, serão realizados estudos de viabilidade para Guatemala, Jamaica e Honduras”. (Rebuá, M., 2011).

Outros produtos agrícolas utilizados como matéria-prima para a produção de agrocombustíveis objeto de estudo de viabilidade são o algodão, a soja, milho, eucalipto e pinhão-mansão, girassol e dendê.

A respeito do corte da cana-de-açúcar, o documento estabelece expressamente o seguinte:

“Com relação à cultura da cana-de-açúcar, o sistema de produção subdivide-se em colheita manual e mecanizada, visando criar subsídios para futuras decisões sobre o tipo de sistema de colheita adotado. É necessário, então, ponderar sobre a adoção de um sistema de mão-de-obra intensiva com restrições ambientais (colheita manual), ou um sistema de alta tecnologia com baixa demanda por mão-de-obra, ambientalmente amigável (colheita mecanizada)” (FGV, 2009).

Cooperação na África Trilateral (Brasil-União Europeia)

Em 2009, foi formalizada iniciativa conjunta de Brasil e União Europeia para cooperação trilateral com países africanos em energias renováveis. Esta iniciativa consta expressamente na Declaração Conjunta da III Cúpula Brasil-UE, de outubro de 2009, em Estocolmo.

São duas as linhas de ação principais: elaboração de estudos de viabilidade para produção de agrocombustíveis e implantação de projetos, baseada nas conclusões dos estudos. Quênia e Moçambique foram os primeiros países participantes, e a (FGV) foi contratada para realizar os estudos sobre Moçambique, em 2011.

Memorando de Entendimento entre o Brasil e a UEMOA

O Brasil celebrou, em 2007, um Memorando de Entendimento na Área de Biocombustíveis com a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), uma organização regional da qual participam oito países da África Ocidental (Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo).

O Memorando prevê a elaboração de estudos de viabilidade para a produção e uso de biocombustíveis nos países que integram o bloco econômico do Oeste africano. Em 2010 foi acordada a realização dos primeiros estudos, a serem elaborados por instituições brasileiras.

Em fevereiro de 2011, o MRE e o BNDES firmaram um acordo de cooperação técnica, para viabilizar a realização de estudos, com o objetivo de identificar as áreas propícias ao cultivo das principais matérias-primas utilizadas na produção de agrocombustíveis. Os estudos abrangem diversos aspectos, tais como marco regulatório, legislação relacionada às áreas trabalhista, fundiária e tributária e propriedade intelectual. Deverão

resultar também indicações de fornecedores brasileiros nas áreas de serviços e de tecnologia de equipamentos. (BNDES, 2011).

Memorando de Entendimento entre o Brasil e os Países Baixos

Em abril de 2008 o Brasil firmou um Memorando de Entendimento com os Países Baixos sobre Cooperação na área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, onde a criação de um mercado internacional para biocombustíveis é enfatizada. Os itens de alta prioridade são: “a) produção e uso sustentáveis de biocombustíveis e áreas relacionadas de interesse; b) disseminação de tecnologias de bioenergia, incluindo biocombustíveis; c) estabelecimento de um mercado mundial para biocombustíveis e tecnologias relacionadas; d) desenvolvimento de padrões e normas técnicas internacionais para biocombustíveis em foros relevantes; e) uso sustentável de biomassa para a produção de eletricidade; f) estabelecimento de mercado internacional para biocombustíveis como um instrumento de uma estratégia de desenvolvimento sustentável em favor de setores mais pobres, com especial atenção às áreas rurais. g) uso sustentável de biomassa para produtos industriais (p.ex. químicos, farmacêuticos, materiais de construção, etc.); h) oportunidades para comercializar créditos de carbono em projetos de geração e uso de bioenergia; i) investimentos, incluindo oportunidades de joint ventures, na área de produção de bioenergia, a fim de fortalecer a integração tecnológica, industrial e comercial; e j) eficiência energética no setor de transportes.” (MRE, 2008).

Um dos desdobramentos deste memorando é o envolvimento da Unica (União da Indústria da Cana-de-açúcar) na busca de ampliação da cooperação entre ambos países visando desenvolver novos produtos extraídos da cana-de-açúcar. Outro é um memorando similar relativo ao engajamento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil e o Ministério da Agricultura e Comércio Exterior dos Países Baixos em iniciativas de cooperação científica e tecnológica e em inovação.

Pro-Renova - Programa Estruturado de Apoio aos demais Países em Desenvolvimento na Área de Energias Renováveis

Lançado em 2009, o Pro-Renova pode ser entendido como “forma de organizar as iniciativas brasileiras para os países em desenvolvimento diante da profusão de acordos bilaterais sobre biocombustíveis que vem sendo assinados nos últimos anos” (Marinho 2011). Na definição do MRE, o programa tem como objetivo “criar bases duradouras para ampla gama de ações do Brasil com Pesquisa e Desenvolvimento na área das energias renováveis, especialmente na África, racionalizando o emprego dos recursos humanos e materiais de que o País dispõe e permitindo-lhe cumprir com os compromissos internacionais assumidos nessa área”. O programa visa também disseminar os benefícios da produção e uso dos biocombustíveis e prestar assistência técnica aos países interessados (MRE, 2011).

Até 2010, foram promovidos seminários temáticos em 17 países do continente, abrangendo os temas do zoneamento agroecológico, políticas públicas para os biocombustíveis e inovações industriais.

Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)

Estabelecido em junho de 2003, quando foi produzido o primeiro documento do Grupo, a “Declaração de Brasília”, o IBAS é um mecanismo de coordenação entre África do Sul, Índia e Brasil, também conhecido com G-3. Entre seus principais objetivos destacam-se: a formulação de posições comuns no âmbito das negociações internacionais; promover o comércio e os investimentos entre os três países e entre as respectivas regiões; e promover a cooperação em diversas áreas de políticas públicas como: agricultura, desenvolvimento social, educação, cultura,

saúde, defesa, ciência e tecnologia, energia, mudança climática, turismo, entre outras.

Desde 2004, o IBAS tem aprovado projetos como aqueles para cooperação em agricultura familiar e pecuária em Guiné-Bissau e na coleta de resíduos sólidos no Haiti. Foi aprovada também a implementação de novos projetos em Burundi, Laos, Cabo Verde, Palestina e outros países.

São ainda poucos os resultados concretos relativamente ao tema dos agrocombustíveis. Somente em 2008, no âmbito do IBAS, firmou-se o Memorando de Entendimentos para Estabelecer Força-Tarefa trilateral sobre biocombustíveis; em 2010, o Brasil organizou a VI reunião do GT de Energia do IBAS, em Brasília, e um “Workshop Técnico sobre Uso de Biocombustíveis em Motores Veiculares”, em São Paulo. A África do Sul organizou, também em 2010, um “Workshop sobre Padrões e Especificações Técnicas para Biocombustíveis”, em Pretória, onde acordou-se a formação de um grupo de trabalho para traduzir especificações relacionadas a biocombustíveis e harmonizar unidades de medida dos três países.

principalmente no desenvolvimento de um marco regulatório para o setor; e início de cooperação com a Tanzânia, onde já há produção local e estima-se que cerca de um milhão de hectares poderiam ser mobilizados para a produção.

Outros acordos

Em seu Balanço de Política Externa 2003/2010, o MRE assinala que foram assinados mais de 40 memorandos de entendimento sobre o tema nos últimos anos. Além dos já mencionados, destaca os memorandos firmados com Suécia, Moçambique, Alemanha e China. E menciona ainda que, no âmbito do Mercosul, “registrou progresso significativo a harmonização de padrões e normas técnicas em andamento no âmbito do Grupo Ad Hoc sobre Biocombustíveis, que deverá redundar em relatório semelhante àquele publicado conjuntamente por Brasil, EUA e União Europeia”. (MRE, 2011)

No continente africano, são apontados também pelo MRE: estudos de viabilidade para a produção de biocombustíveis na Guiné-Conacri, Libéria e Zâmbia, iniciados no começo de 2011; diálogo com o Governo de Botsuana, buscando estreitar a cooperação,

As ações da Petrobras Biocombustíveis

O governo federal, preocupado com a desnacionalização do setor sucroalcooleiro no Brasil, conta com a Petrobras para deter ou mesmo reverter esta tendência. A Petrobras Biocombustível (PBio), sua subsidiária, pretende ampliar sua produção de etanol em 273% entre 2011 e 2015, com investimentos da ordem de US\$ 2,5 bilhões no período. A meta é atingir 12% de participação no mercado nacional, assumindo, possivelmente, a liderança no mercado interno³.

Este processo de expansão da PBio envolve não só a construção de novas usinas, mas também a aquisição total ou parcial de empreendimentos já existentes. A empresa tem atualmente participação na Nova Fronteira Bioenergia (GO), na Guarani (SP) e na Total Agroindústria Canavieira (MG). Mas é através da associação com a Tereos que a PBio deverá estender à África sua produção de etanol.

3 Nielmar de Oliveira. Petrobras Biocombustível planeja liderar produção de etanol em 2015. Agência

Unidades Produtoras Biodiesel e Etanol

15 Usinas em operação



Fonte: Gonçalves, 2011.

A Petrobras, uma empresa que já atua internacionalmente na área da exploração e produção de petróleo, internacionaliza também, através da PBio, sua produção de agrocombustíveis. Colabora, desta maneira, com os planos do governo de promover a produção destes combustíveis em outros países.

A PBio vem buscando também ampliar sua participação na produção do biodiesel. Em 2011, anunciou que pretende deter, nos próximos anos, participação de cerca de 25% no mercado nacional. Sua atuação no setor visa não só o aumento da participação da empresa na produção, mas também a descentralização desta produção, incluindo os estados mais pobres do Brasil, e a ampliação da participação da agricultura familiar, para que esta passe a ser a principal fornecedora de matérias-primas para o setor. Para Miguel Rosseto, presidente da empresa, “O setor produtivo de biodiesel precisa de incentivo fiscal e tributário para continuar investindo”, e incentivar as exportações seria também um instrumento de consolidação deste segmento.⁴

A empresa possuía, ao final de 2011, cinco usinas de biodiesel em operação: três unidades próprias nos municípios de Candeias (BA), Quixadá (CE) e Montes Claros (MG) e duas em parceria, em Marialva (PR) e Passo Fundo (RS). Há ainda outras duas em implantação: uma usina de biodiesel própria, o projeto Biodiesel Pará, e um projeto de produção de biodiesel em Portugal em parceria com a Galp Energia, denominado projeto Belém, ambas utilizando o óleo de palma como matéria-prima.

Brasil, 11/08/11.

4 Petrobras investirá USD 600 milhões em biodiesel. NN, Mídia do petróleo. Disponível em <http://euleionn.com.br/noticias/energia-alternativa/petrobras-investira-usd-600-milhoes-em-biodiesel>, acesso em 06/03/11.



As empresas interessadas

O governo federal vê como vantagem adicional deste processo de internacionalização a criação de oportunidades para o setor produtivo nacional, apontando como principais beneficiários fabricantes de máquinas e equipamentos pesados, empresas de engenharia, consultorias, empreiteiras, fornecedores de tecnologia de processos industriais e agrícolas. (BNDES, 2011)

Cronologicamente, o Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (GV Agro), coordenado pelo ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues (2003-2006), parece ter sido o primeiro beneficiário deste processo. Através de sua Área de Projetos, a FGV lançou o Projeto Tropical Belt, que tem por objetivo criar um cinturão de produção de alimentos e biocombustíveis em países tropicais. Neste sentido, a instituição já realizou, até fins de 2011, estudos de viabilidade da produção de agrocombustíveis em 13 países, na África e América Central (Guarany, 2011). Além do biodiesel e do etanol, os estudos incluem também a produção de carvão vegetal a partir do eucalipto. Lenha e carvão vegetal representam, no Brasil, cerca de 35% do consumo da madeira produzida em florestas artificiais.

Os recursos provêm da APEX-Brasil, BID, OEA, FINEP e MRE. O Projeto Tropical Belt resulta de acordos de cooperação técnica entre Brasil, Estados Unidos e Comissão Europeia.

Além destes estudos, a FGV Projetos prepara-se para captar US\$ 1 bilhão, por meio de um fundo coordenado pelo DWS Investments, gestor pertencente ao Deutsche Bank, para

financiar os primeiros empreendimentos⁵. Os projetos em andamento são detalhados mais adiante.

No setor industrial, as empresas dedicadas à produção de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas serão certamente beneficiadas por este movimento de expansão geográfica da produção de agrocombustíveis. Mas deve-se observar que estas empresas estão, em sua grande maioria, em mãos do capital estrangeiro.

Os principais fabricantes de máquinas agrícolas são a norte-americana John Deere e a italiana Case New-Holland. Em janeiro de 2012, a multinacional americana AGCO anunciou a compra de 60% das ações da brasileira Santal Equipamentos, fabricante de colheitadeiras e implementos para o setor sucroalcooleiro. A AGCO é líder no mercado brasileiro de tratores, com mais de 50% de participação. Na América do Sul, a empresa fatura aproximadamente R\$ 3,2 bilhões⁶.

O plantio da soja é responsável por cerca de 45% do valor do consumo de agrotóxicos no Brasil, e o da cana, por aproximadamente 10% do total. No segmento de agrotóxicos e fertilizantes, as três maiores empresas também são estrangeiras: a Bunge Fertilizantes (norte-americana), a Bayer e a Basf (alemães). Dentre as dez maiores, somente duas (Heringer e Ultrafétil) são brasileiras.

Quanto ao fornecimento de sementes, também é crescente a participação de multinacionais. No caso da soja, as norte-americanas Monsanto e Dupont, a suíça Syngenta e a alemã Basf dominam o mercado. A Embrapa mantém parcerias com a Monsanto e a Basf. A Syngenta destinou em 2010 US\$ 100 milhões no desenvolvimento de quatro plantas de cana transgênica para o mercado brasileiro. Os investimentos da Monsanto não ficam abaixo desse patamar. Já a Embrapa reparte entre cinco culturas (cana, soja, milho, algodão e eucalipto) um orçamento de R\$ 4 milhões em pesquisa, ao longo de três

anos. A primeira variedade brasileira de cana transgênica, lançada em 2011 pela Embrapa, está em análise. O governo, temendo que as empresas multinacionais monopolizem o mercado das sementes de cana, pretende reforçar o orçamento da Embrapa, para ampliar as pesquisas nesta área⁷.

As empresas do etanol

Enquanto o governo brasileiro persegue a internacionalização da produção de agrocombustíveis, o setor sucroalcooleiro atravessa um período inédito de desnacionalização. Em 2004, o capital estrangeiro respondia por apenas 5% da produção do setor⁸. Ao final de 2011, esta participação já era da ordem de 40%. O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) estima que este percentual possa chegar a 60% até 2016⁹.

Grandes companhias estrangeiras com atuação internacional estão investindo nessa área no Brasil. Segundo o Jornal da Bioenergia, estudo da Dextron Management Consulting publicado no final de 2010 mostra que quatro dos cinco maiores grupos do setor atuantes no Brasil já têm 50% de suas operações controladas por estrangeiros.

As operações de maior destaque são a fusão da Cosan com a Shell, a aquisição de 14 usinas brasileiras pela Louis Dreyfus, que adquiriu a Santelisa Vale, segunda maior empresa do setor, e a Bunge, que incorporou o Grupo Moema.

A Cosan já era, antes da associação com a Shell, a maior empresa mundial de açúcar e etanol. A Raízen, empresa resultante desta associação, anuncia que será uma das cinco maiores empresas no país em faturamento.

5 FGV vai captar US\$ 1 bi para financiar projetos agrícolas na África. Agência Estado, 30/11/11.

6 AGCO quer acelerar entrada em colheitadeiras de cana. Valor Econômico, 09/01/12.

7 Empresas investem em cana-de-açúcar transgênica. Agência Estado, 05/09/11.

8 Mônica Scaramuzzo. Estrangeiros avançam nos canaviais. Valor Econômico, 30/06/09.

9 Gabriela Yamada e Tatiana Freitas. Participação de estrangeiro no setor sucroalcooleiro deve crescer. Folha de São Paulo, 24/12/11.

Além de produzir 2,2 bilhões de litros de etanol, a empresa atuará também na comercialização ao consumidor, através de 4.500 postos de serviço.

O maior exemplo de fusão neste período teve início em abril de 2010, entre a ETH Bioenergia (controlada pela Odebrecht) e a Brenco. A nova empresa, que manteve o nome ETH Bioenergia, ambiciona liderar a produção de etanol e a cogeração de energia a partir da biomassa, produzindo 3 bilhões de litros de etanol e 2.700 Gwh/ano de energia elétrica em 2012. No acordo, a Odebrecht, em associação com a Sojitz Corporation, do Japão, terá 65% do capital da ETH Bioenergia, e os demais acionistas participarão com 35%.

No mesmo período, a Guarani, tradicional produtora de açúcar, foi incorporada pela Tereos, da França. A Petrobras Biocombustíveis também adquiriu participação acionária da Guarani, passando a deter 31,4% de seu capital. O grupo indiano Shree Renuka Sugars negocia a compra da usina de cana-de-açúcar da Cooperativa Agroindustrial Corol, localizada em Rolândia (PR) nos primeiros meses de 2011.

GIGANTES DO SETOR

Os maiores produtores de açúcar e álcool no Brasil

Empresa	Volume*	Origem do controle
Cosan/Shell	54,2	França/Holanda
Louls Dreyfus	34,1	França
Guarani/Tereos	19,6	França
São Martino	13,0	Brasil
Carlos Lyra	11,7	Brasil
Grupo Tércio Wanderley	10,8	Brasil
Zilor	10,8	Brasil
Renuka (SP e Paraná)	10,2	Índia
Cerradinho	9,5	China
Pedra Agroindustrial	9,2	Brasil

Fonte: Anuário da Cana 2011

*Em milhões de toneladas de cana moída, referente ao período entre 1/4/2010 e 31/3/2011.

Toda esta movimentação leva a Unica a prever que até 2015, as empresas estrangeiras responderão por 40% do etanol produzido no Brasil.

A British Petroleum (BP) também pretende ocupar seu lugar entre as maiores empresas do setor. Recentemente, realizou diversas transações, como a compra da Usina Tropical, de Goiás, da qual já detinha 50%. O mesmo foi feito no caso das duas usinas da Companhia Nacional de Açúcar e Álcool (CNAA), situadas em Minas Gerais. A petroleira colocou-se assim entre as 20 maiores empresas do setor¹⁰.

Além das grandes usinas, outros segmentos ligados à cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro seriam, certamente, beneficiários da abertura de novos mercados para seus produtos.

A brasileira Dedini, sexta maior fabricante de bens de capital no Brasil em 2011, é a maior fornecedora de usinas de cana-de-açúcar do Brasil. Já vende unidades de produção de açúcar a países da África desde a década de 90. Em 2007, começou a receber pedidos de fábricas que querem expandir a produção para o etanol¹¹. A Dedini já vendeu usinas à Venezuela e ao Sudão, e negocia contratos com diversos outros países africanos.

Quanto às instituições brasileiras de pesquisa e tecnologia presentes no mercado de insumos para a cana, destaca-se, no setor privado, o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), ex-Centro de Tecnologia Copersucar. Até agosto de 2009, o CTC havia lançado mais de 60 variedades de cana, que ocupavam cerca de 50% da área de cultivo do país. Em 1997, o Centro liderou a constituição do Consórcio Internacional de Biotecnologia de Cana-de-Açúcar (ICSB), entidade que hoje congrega 17 instituições de 12 países produtores de cana (Furtado et. al., 2008).

Entre as entidades públicas destacam-se o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), Companhia de Tecnologia de Saneamento

10 Érica Polo. O etanol é deles. Revista Isto É Dinheiro, nº 730, 30/09/11.

11 A nova fronteira do etanol. Exame, 20/09/07.

Ambiental (Cetesb), Instituto Biológico, Embrapa, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e três universidades paulistas – a Universidade de São Paulo (USP), onde se localiza a Escola de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp), com vários cursos e grupos de pesquisas voltados para a bioenergia da cana-de-açúcar (BNDES, 2008).

As empresas da soja

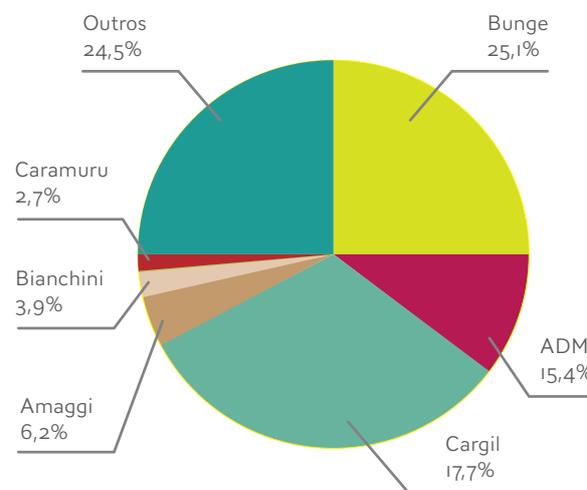
As principais empresas da cadeia produtiva da soja são quatro grandes multinacionais, que comercializam os grãos adquiridos de agricultores: Bunge, Cargill, ADM (norte-americanas) e Dreyfus (francesa). Juntas, elas compram cerca de dois terços da soja produzida no Brasil. Em 2010, Bunge, Cargill e ADM foram responsáveis por quase 60% das exportações brasileiras de soja. As empresas nacionais do setor têm participação mais reduzida, destacando-se a Amaggi, Coamo e Caramuru. É crescente a participação das quatro multinacionais na produção do biodiesel elaborado a partir do óleo de soja. Bunge e Cargill são as duas maiores produtoras.¹² Elas também estão presentes em todos os países exportadores de soja, e serão certamente as principais beneficiárias da expansão da produção em novas áreas. Estados Unidos, Brasil e Argentina respondem por 90% das exportações mundiais de soja.

No fornecimento de plantas industriais produtoras de biodiesel, apenas duas empresas, a Somar e a Tecbio, trabalham com tecnologia nacional. Duas outras empresas nacionais trabalham em associação com estrangeiras que respondem pela tecnologia: a Tecnial, com a americana, CIW, e a Dedini, com a Desmet Balestra, francesa. Destacam-se também a Conneman (americana), a Lurgi (alemã) e BDI (austríaca)¹³.

12 Exame edição especial, Melhores e Maiores, julho de 2011.

13 Cantele, M. Apresentação em PowerPoint na Conferência Internacional do Biodiesel, 18/11/11.

Participação das empresas comercializadoras nas exportações brasileiras de soja - 2010



Fonte: Bradesco, 2012, a partir de dados da Secex.

A soja é a matéria-prima predominante na produção do biodiesel. O Boletim da Agência Nacional do Petróleo (ANP) de janeiro de 2012 mostra, através do gráfico a seguir, que a soja (71,13%) e a gordura bovina (18,66%) respondem por cerca de 90% da quantidade de matérias-primas utilizadas para a produção do biodiesel no país (ANP, 2012).

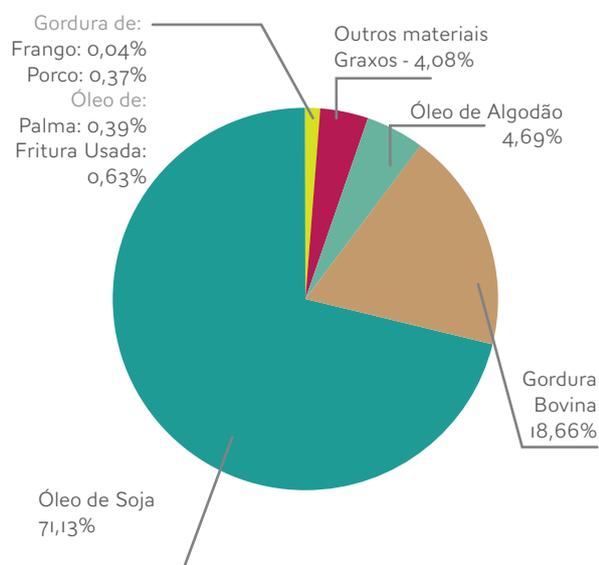
O Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Petrobras Biocombustíveis vêm se empenhando em ampliar a participação de matérias-primas produzidas pela agricultura familiar, buscando atingir os objetivos de geração de emprego e renda previstos no Programa Nacional de Produção de Biocombustíveis, como a mamona, o dendê e o pinhão-mansão. Mas a participação destas oleaginosas não ultrapassou até hoje os 4 a 5% do total.

A Petrobras Biocombustíveis investe também em pesquisas tecnológicas voltadas para a produção do biodiesel. Construiu uma unidade experimental de biodiesel no Rio Grande do Norte, desenvolve pesquisas com várias oleaginosas em seu centro de pesquisas (CENPES) e também com tecnologias agrícolas, visando aumentar a produção e a produtividade das oleaginosas. A empresa promove também a construção de redes de pesquisas, compostas

por diversas universidades e centros de pesquisa brasileiros, com este mesmo objetivo.

A Embrapa Soja declara ter como um de seus objetivos consolidar-se como centro de referência internacional na geração de conhecimentos, tecnologias e inovações para a cultura da soja em regiões tropicais (Embrapa Soja, 2009). O interesse da Embrapa Soja em ações de cooperação internacional concentra-se nos aspectos relacionados à pesquisa de soja e girassol, com o objetivo de desenvolver conhecimentos, tecnologias e produtos ambiental e economicamente sustentáveis. Cultivares adaptadas às várias regiões produtoras, com alta produtividade e resistência às principais doenças; zoneamento de riscos climáticos; fixação biológica do nitrogênio; manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas; controle biológico de pragas; manejo do solo e da cultura; e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta são alguns exemplos.

Matérias-primas utilizadas na produção de biodiesel – dezembro de 2011



Fonte: ANP.

Também, é possível, através da Embrapa Soja, juntamente com a Embrapa Transferência de Tecnologia, o licenciamento de sementes de cultivares Embrapa para exportação, produção

e comercialização no exterior. Planejamento de empresa de pesquisa, elaboração de zoneamento de risco agroclimático, planejamento de estruturas de beneficiamento e de armazenamento de sementes e avaliação da viabilidade para produção de soja são alguns exemplos de consultorias internacionais já prestadas pela Embrapa Soja.

Em parceria com empresas públicas e privadas, nacionais e internacionais, a Embrapa Soja tem desenvolvido conhecimentos, tecnologias e produtos. Alguns exemplos dessas parcerias internacionais são:

Desenvolvimento de cultivares de soja com tolerância à seca - JIRCAS/Japão;

Desenvolvimento de soja com gene de resistência aos herbicidas - BASF/Alemanha;

Desenvolvimento de soja com genes de tolerância ao herbicida Glifosato - Monsanto/EUA;

Desenvolvimento de cultivares de soja com genes de resistência a insetos - Monsanto/EUA. (Embrapa Soja, 2009)

Corte manual da cana: tecnologia brasileira?



Tarefa extremamente penosa, que compromete a saúde de quem a executa e reduz sua capacidade laboral a cerca de doze anos, o corte manual da cana-de-açúcar vem sendo nos últimos anos substituído pela colheita mecanizada, no caso do Brasil.

Os estudos de viabilidade produzidos pela GVAgro oferecem a alternativa do corte manual da cana, prática introduzida no Brasil em 1550 por Portugal, utilizando mão-de-obra de escravos trazidos justamente da África.

Os projetos de internacionalização em andamento

Etanol

Angola

A Odebrecht, empresa tradicionalmente dedicada às obras de engenharia, está presente em Angola desde 1984. A empresa informa que atualmente, com mais de 25 contratos em andamento no país e com 16 mil trabalhadores, a Odebrecht Angola atua nos segmentos de infraestrutura, imobiliário, bioenergia, mineração, agronegócios, energia e projetos especiais.

O BNDES criou em 2006 uma linha de crédito para Angola no valor de US\$ 1,5 bilhão, que resultou em acordo de parceria estratégica entre Angola e Brasil no novo setor africano de etanol. (Ipea, 2011)

A Odebrecht Angola investe em Bioenergia por meio da Biocom. A empresa, que, além da Odebrecht (40%) conta ainda com as participações acionárias da petrolífera Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, estatal, com 20%) e do grupo Damer (grupo privado angolano, com 40%), vai produzir açúcar para abastecimento do mercado interno a partir de 2012, na Unidade Agro Industrial de Cacuso, localizada na província de Malanje. O financiamento para sua construção é do BNDES. (Ipea, 2011)

No futuro, o projeto pode também atender ao mercado externo, em especial o da Europa, que importa açúcar da África com tarifas

diferenciadas.¹⁴ As exportações africanas estarão livres da tarifa de R\$ 192 por mil litros que é aplicada sobre o produto brasileiro. Angola é um dos países africanos beneficiados pelo acordo Tudo Menos Armas (EBA – Everything But Arms), iniciativa da União Europeia que proporciona acesso preferencial ao mercado europeu para alguns produtos como o açúcar.

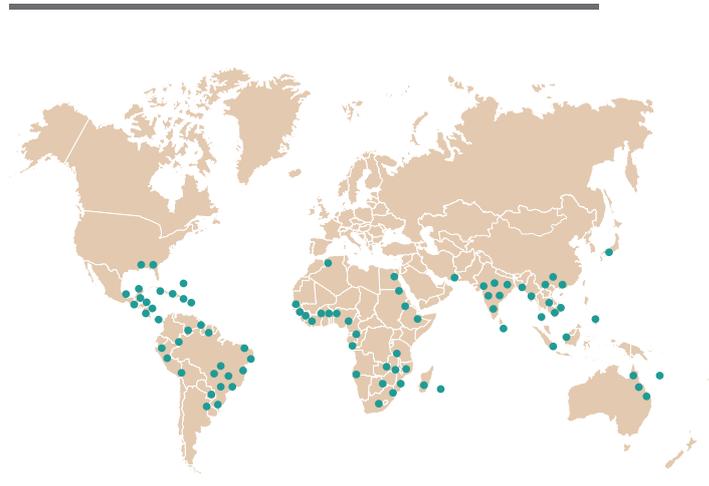
O plantio da cana-de-açúcar será iniciado em 2012, em terreno concedido pelo governo local. A capacidade de produção de etanol anidro na unidade será de 30 milhões de litros e a de eletricidade, de 200 mil Megawatts/hora (MWh). O investimento total na usina é previsto em US\$ 400 milhões. Dependendo do sucesso do projeto e do amadurecimento do mercado angolano, uma nova unidade poderá ser construída, segundo o presidente da ETH, José Carlos Grubisich. O presidente da Petrobras Biocombustível, Miguel Rosseto, também diz que analisa oportunidades de investimentos para atender a demanda de Moçambique, que regulamentou o uso de etanol a partir de 2012¹⁵.

Em 2012, a Odebrecht deverá passar sua participação acionária na Biocom à ETH, sua empresa controlada dedicada à produção de agroenergias. A ETH possui nove unidades em operação no Brasil. Além da África, há projetos na América Latina. A empresa analisa a viabilidade econômica da construção de usinas no México e na Colômbia. Nesses casos, a intenção é atender o mercado local e exportar para os Estados Unidos¹⁶.

A participação de empresas estrangeiras no setor sucroalcooleiro de Angola não se limita ao Brasil. A multinacional japonesa Marubeni anunciou em fevereiro de 2012 ter firmado com o governo angolano um contrato para construir no país uma usina que produzirá açúcar e etanol de cana, com investimento de US\$ 650 milhões. A instalação, que ficará na província de Cunene, no sul de Angola,

terá capacidade anual para produzir 400 mil toneladas de açúcar e 40 milhões de litros de etanol, com as operações comerciais previstas para começar no final de 2015.¹⁷

Mapa da Produção de Cana no Mundo



Fonte: Oliveira Filho, 2010.

Moçambique

Em 2010 foi aberta pelo BNDES uma linha de crédito para empresas brasileiras atuantes em Gana e Moçambique, com um orçamento de US\$ 3,5 bilhões. Moçambique tem grande interesse pela substituição da gasolina, pois importa 100% do petróleo que consome. O governo daquele país estuda a introdução uma mistura obrigatória de 10% de etanol à gasolina¹⁸.

A Guarani, cujo capital é dividido entre a Tereos e a Petrobras Biocombustíveis, já possui uma usina de produção de açúcar em Moçambique, a Companhia de Sena, com capacidade de moagem anual de 1,2 milhão de toneladas de cana-de-açúcar. A Guarani anunciou em dezembro de 2011 o início de

14 Fabiana Batista. ETH fará troca de ações para assumir Biocom. Valor Econômico, 16/12/11.

15 Fernanda Nunes. Projetos na área de etanol têm bom potencial. Valor Econômico, 21/11/11.

16 O próximo desafio da ETH. Estadão.com.br, 07/11/11.

17 Gabriela Mello. Marubeni montará usina de bioetanol em Angola. Agência Estado, 07/02/12.

18 Eduardo Magossi. Petrobrás Biocombustível e Guarani vão produzir etanol em Moçambique. O Estado de S. Paulo, 15/12/11.

estudos para produzir etanol naquele país, em parceria com a Petróleos de Moçambique (Petromoc). A nova usina será construída ao lado da usina já existente, aproveitando o melaço, atualmente vendido para produção de ração animal. A estratégia é produzir o biocombustível sem afetar o crescimento da oferta de açúcar, produto do qual Moçambique também é dependente de importação.

Gana

O Brasil e Gana firmaram em 2008 um acordo que prevê o desenvolvimento das Bases para o Estabelecimento da Agricultura de Energia em Gana. Na ocasião, previa-se que a empresa ganense Northern Sugar Resources receberia financiamento do BNDES para construir uma usina de etanol, a partir da cana plantada com tecnologia da Embrapa, e que a Constran, empresa brasileira de engenharia, seria contratada para a execução das obras.¹⁹

Não há notícia sobre a efetivação da contratação da Constran. Posteriormente, no entanto, a partir de um acordo tripartite envolvendo o Brasil, Gana e Suécia, o BNDES concedeu financiamento à Odebrecht, no valor de US\$ 260 milhões, que deu início à construção da usina em 2010. O acordo prevê que a Northern Sugar Resources cultivará 30 mil hectares de cana-de-açúcar no norte do país. O governo sueco, por sua vez, se comprometeu a comprar, por intermédio da AB Svensk Etanolkemi (Sekab), todo o etanol produzido por um período de 10 anos. (Ipea, 2011)

Zimbábue

Em 2009, o grupo Boabab Energy comprou a usina de etanol Diamante, de Minas Gerais, que já estava desativada e foi transportada para o Zimbábue. Com investimento de 220 milhões de dólares, a produção prevista é de 1 bilhão de litros de etanol por ano. Faz também parte do projeto a adequação da tecnologia brasileira às necessidades locais, que configura

a primeira grande venda de tecnologia e equipamentos do Brasil para produzir etanol num país da África.

O Zimbábue pretende tornar-se líder africano em biocombustíveis, de acordo com o grupo Boabab. O mercado alvo é constituído por países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), entre eles a África do Sul. Devido à introdução de legislação que determina a mistura à gasolina de 8% de etanol, a previsão é que a África do Sul consuma 760 milhões de litros de etanol por ano²⁰.

Cuba

Em janeiro de 2012, foi anunciado que a Odebrecht deverá assinar com o estatal Grupo de Administração Empresarial do Açúcar (Azcuba) um contrato de administração da produção de uma de suas usinas. Segundo a Odebrecht, o acordo, com duração de dez anos, visa o aumento da produção e capacidade de moagem.

De acordo com um executivo da indústria brasileira de açúcar com conhecimento do projeto, a Odebrecht também produzirá etanol e energia a partir de biomassa em Cuba. O MRE informou, a este respeito, que existe a possibilidade de que em algum momento isso possa ser ampliado para a indústria de etanol²¹.

Sudão

Em 2009, foi inaugurada no Sudão uma usina de etanol construída pelo grupo brasileiro Dedini. O grupo Kenana, que pertence ao governo sudanês e a fundos árabes, já produz açúcar a partir de cana-de-açúcar e utiliza também colheitadeiras CNH, do grupo Fiat, fabricadas no Brasil. Em 2010, a Kenana anunciou negociações para a compra de mais duas usinas da Dedini²².

19 Gana se lança no setor dos biocombustíveis com financiamento do BNDES. AFP, 03/05/08.

20 Usina brasileira é vendida para empresa do Zimbábue. África 21 Digital, 22/10/09.

21 Cuba abre setor de açúcar a investimento da Odebrecht. Folha de São Paulo, 30/01/12.

22 Luiz Silveira. Kenana, do Sudão, vem ao país buscar máquina para cana. Brasil Econômico, 24/09/10.

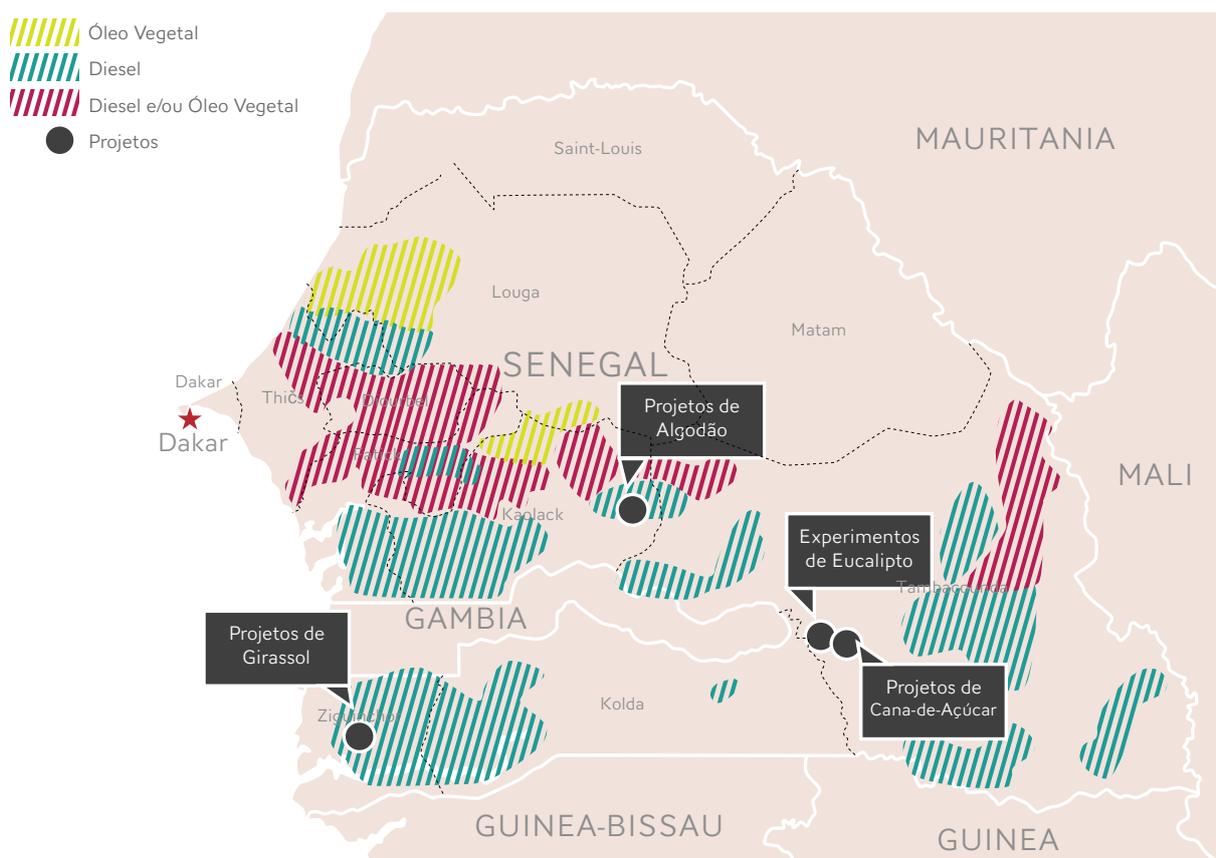
Além do governo sudanês, a empresa tem como sócios a Arábia Saudita, Emirados Árabes, Kuwait e Japão. Em 2010, a Kanana realizou o primeiro embarque de etanol para o exterior. Foram exportados 5 milhões de litros para os Países Baixos. De acordo com o secretário-geral da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, Michel Alaby, a produção nessa primeira fase será destinada totalmente à União Europeia. Ele acrescentou que existem hoje 10 projetos de construção de novas usinas de açúcar e álcool, que devem ter participação de empresas brasileiras²³.

Brasil e Senegal firmaram em 2007 o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Senegal para a implementação do projeto Formação de Recursos Humanos e Transferência de Tecnologia para Apoio ao Programa Nacional de Biocombustíveis no Senegal.

A FGV concluiu em 2010 estudo de viabilidade sobre a cultura de cana-de-açúcar, eucalipto, acácia, soja e girassol para a produção de agrocombustíveis, identificando as respectivas áreas e o potencial de produção. Indicou também aquelas áreas onde devem ser instalados projetos-piloto (FGV, 2010). Em 2011, a EMBRAPA e a ABC apresentaram proposta inicial ao governo de Senegal. (Ipea, 2011)

Senegal

Senegal: localização recomendada e áreas potenciais dos novos projetos



Fonte: FGV, 2010.

23 Sudão terá mais 10 usinas de açúcar e álcool. Canal Executivo, 12/06/09.

Soja

Moçambique

A savana africana é tida como “o novo Cerrado” para a FAO (braço das Nações Unidas para a agricultura e a alimentação). Segundo a organização, a região pode se tornar um centro mundial de produção de grãos e outros alimentos, já que apenas 10% de sua área agricultável é utilizada.

Em 2009, foi lançado o Programa de Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais de Moçambique (Prosavana). Trata-se de um programa de cooperação triangular entre os Governos de Moçambique, representado pelo Ministério da Agricultura, Brasil pela ABC e Embrapa, e o Japão, pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

O Prosavana se inspira na experiência adquirida através dos programas agropecuários brasileiros realizados em parceria com a JICA, principalmente a experiência e os resultados do Programa de Cooperação Japão-Brasil para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodec), desenvolvido a partir de 1973, que tinha como principal objetivo a expansão da soja no Cerrado brasileiro.

A Embrapa testa sementes de algodão, soja, milho, sorgo e feijão do Cerrado brasileiro, para adaptá-las ao Norte moçambicano. Foram identificados seis milhões de hectares para a realização do projeto. De acordo com Francisco Basílio, chefe da Secretaria de Relações Internacionais da Embrapa, “Nessa região, metade da área é povoada por pequenos agricultores, mas a outra metade é despovoada, como existia no oeste da Bahia e em Mato Grosso nos anos 80”²⁴.

Nas palavras do Vice-Ministro da Agricultura de Moçambique, António Limbau: “Olhando para os benefícios que a soja pode nos dar, como a cadeia de frango ou nutrientes, como o sumo de soja, bolo, rações, que é um dos elementos importantes. Precisamos disso tudo. No nosso plano estratégico definimos que temos que ser auto-suficientes em frango

e para tal temos que desenvolver a cadeia e uma das componentes é a soja. Temos que potenciar aquela zona para produzir soja. Se produzirmos teremos frango para a cadeia da segurança alimentar e para exportar”²⁵.”

A terra em Moçambique é propriedade do Estado e pode ser usada em regime de concessão, que está aberto a estrangeiros. A concessão se dá por 50 anos, renováveis por outros 50, mediante um imposto de 37,50 meticais (R\$ 21) por hectare, por ano.

Em setembro de 2011, foi anunciado que a primeira leva de 40 agricultores partiria de Mato Grosso rumo a Moçambique, organizada pela Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (Ampa). A missão se daria após convite do ministro da Agricultura de Moçambique, José Pacheco, que afirma: “Os agricultores brasileiros têm experiência acumulada que é muito bem-vinda. Queremos repetir em Moçambique o que eles fizeram no Cerrado 30 anos atrás. A grande condição para os agricultores é ter disposição de investir em terras moçambicanas. É preciso empregar 90% de mão-de-obra moçambicana”.

Em 2012, a SLC, empresa brasileira que tem uma das maiores áreas de plantio de grãos do Brasil, anunciou que também pretende plantar soja em Moçambique, iniciando a produção em escala comercial a partir da safra 2015/2016. Atualmente, a empresa mantém conversas com a Embrapa para definir que cultivares podem se adaptar melhor às terras moçambicanas, que basicamente serão as mesmas sementes usadas no Cerrado brasileiro²⁶.

Sudão

A Pinesso, grupo brasileiro que possui mais de 100 mil hectares de lavouras de soja, milho e algodão nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Piauí, iniciou em 2010 uma experiência de plantio de soja no Sudão. No Brasil, o grupo também produz e comercializa sementes de soja, presta serviços logísticos

24 Patrícia Campos Mello. Moçambique oferece terra à soja brasileira. Folha de S. Paulo, 14/08/11.

25 Agricultura com melhores resultados nos próximos anos. Moçambique para todos, 02/10/11.

26 SLC quer triplicar de tamanho até 2020. Valor Econômico, 09/02/12.

e atua como revendedor de máquinas e implementos agrícolas. Em dezembro de 2010, realizou a sua primeira colheita de soja no Sudão.

Após um ano de testes, quando foram plantados 400 hectares de algodão e 100 de soja, a Pinesso pretendia plantar em 2011 20 mil hectares de algodão, 10 mil de soja e 10 mil de milho. A previsão é que sejam investidos em torno de US\$ 80 milhões na aquisição de maquinários, fertilizantes e sementes. O desembolso só não é maior porque não é necessário comprar terras, que são públicas e cedidas gratuitamente pelo governo para aqueles que quiserem produzir, conforme Gilson Pinesso, diretor da empresa²⁷.

O projeto inclui também o envio de máquinas e implementos agrícolas fabricados no Brasil. No Centro-Oeste brasileiro, o grupo é revendedor exclusivo dos tratores Agrale para a região e comercializa os equipamentos de pulverização Jacto, plantadeiras e equipamentos das marcas Tatú e Semeato.

27 Neri Kasparly. Produtor cultivará 40 mil hectares de algodão, soja e milho no Sudão. Correio do Estado, 27/12/10.

Algumas tendências apontadas

“A África guarda um grande potencial para o etanol, por conta da vegetação e do clima, parecidos com os do Nordeste do Brasil, principalmente na África Subsaariana (ao sul do deserto do Saara). A vegetação de savana é semelhante ao cerrado brasileiro. O álcool é, certamente, uma oportunidade”¹.

Eduardo Leão de Sousa, diretor-executivo da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica)

As informações aqui apresentadas deixam claro que, até o momento, o continente africano vem ocupando o centro das atenções, relativamente à política do governo brasileiro de investir na produção de agrocombustíveis em outros países.

Fica evidente também que as iniciativas do Brasil na África são parte de uma estratégia mais ampla da política externa brasileira. A finalidade de colocar o país na liderança global da produção de agrocombustíveis - utilizando países africanos como parceiros nesta alavancagem que tem como requisito transformar o etanol e o biodiesel em *commodities* - integra a estratégia do governo brasileiro de se posicionar como ator central na disputa em curso por um novo protagonismo no sistema internacional em transição. O Brasil busca se credenciar como ator relevante em temas chave da agenda global, entre eles energia, e compõe alianças para alcançar seus objetivos.

¹ Fernanda Nunes. Projetos na área de etanol têm bom potencial. Valor Econômico, 21/11/11.

O número de empresas brasileiras potencialmente beneficiárias destas ações é pequeno, destacando-se as atividades da GV Agro em consultoria, da Dedini, no fornecimento de usinas, e as da Odebrecht-ETH, na produção de etanol. As maiores interessadas neste processo de expansão seriam, assim, multinacionais que operam também no Brasil, dominando a comercialização de produtos agrícolas, o fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos para a produção agrícola e industrial, além de marcarem presença crescente no setor sucroalcooleiro.

É importante assinalar que a participação destas transnacionais não se dará, necessariamente, através de suas filiais no Brasil. Esta atuação se dará a critério das empresas, de acordo com as decisões de suas matrizes. O mesmo pode se dizer a respeito do mercado de automóveis *flex-fuel*, também produzidos no Brasil por empresas estrangeiras. Somente num primeiro momento, em que o mercado para estes veículos tiver dimensões limitadas, eles serão seguramente fabricados e exportados pelas filiais no Brasil. A exportação de um modelo de agronegócio com alto conteúdo tecnológico por um país como o Brasil, que pouco investe em tecnologia e segue em processo de desindustrialização, não poderia apresentar resultados que não estes.

Pode-se explicar, assim, a presença marcante do governo dos Estados Unidos na maioria dos acordos celebrados. Os capitais norte-americanos são predominantes nas empresas globais vinculadas ao agronegócio. A presença de países europeus e do Japão, por sua vez, além de refletir o interesse de indústrias destes países ligadas ao agronegócio, atende também a seus planos de adquirir agrocombustíveis em outros países para, em curto e médio prazo, reduzir a dependência de derivados do petróleo.

O governo brasileiro sabe que os potenciais compradores de agrocombustíveis não admitiriam a possibilidade de depender de um monopólio ou oligopólio de países produtores, repetindo os mesmo padrões da OPEP. Sabe também que estes países importadores podem estimular a produção em outras regiões, como a África e a América Latina, de modo a suprir suas futuras necessidades de consumo, ampliando

a produção mundial e, assim, assegurando importações a preços convenientes.

As razões para a opção preferencial por países africanos estão presentes em diversos depoimentos de líderes de governo e empresários do agronegócio envolvidos. Destacam-se as referências à disponibilidade de terras gratuitas ou arrendadas a preços simbólicos, assim como à baixa organização social, refletida em ausência de legislação adequada para enfrentar a ocupação das terras daqueles países pela monocultura, com as consequências sociais e ambientais bastante conhecidas no Brasil.

No caso da cana-de-açúcar, cabe destacar que os estudos de viabilidade produzidos pela FGV oferecem a alternativa do corte manual da cana, prática introduzida no Brasil em 1550 por Portugal, utilizando mão-de-obra de escravos trazidos justamente da África. Tarefa extremamente penosa, que compromete a saúde de quem a executa e reduz sua capacidade laboral a cerca de doze anos, o corte manual vem sendo nos últimos anos substituído pela colheita mecanizada, no caso do Brasil. Isto permite também reduzir a prática da queima da palha da cana, que barateia a colheita no caso do corte manual, mas é, ao mesmo tempo, fonte de grandes danos ao meio ambiente, prejudicando também a saúde dos habitantes das regiões de plantio.

O Brasil começa a exportar, assim, um modelo produtivo que não é originalmente seu. A monocultura da soja no Brasil segue o padrão norte-americano, utiliza os mesmos insumos e equipamentos e sua comercialização também está em mãos, majoritariamente, de empresas americanas. O setor sucroalcooleiro, tradicionalmente controlado por empresas brasileiras, encontra-se em processo acelerado de desnacionalização, com a entrada de multinacionais de energia, petróleo e alimentos. Seria mais apropriado, por isto, encarar este movimento como parte de um processo de adesão do Brasil à crescente expansão global das multinacionais do setor, agora como agente ativo.

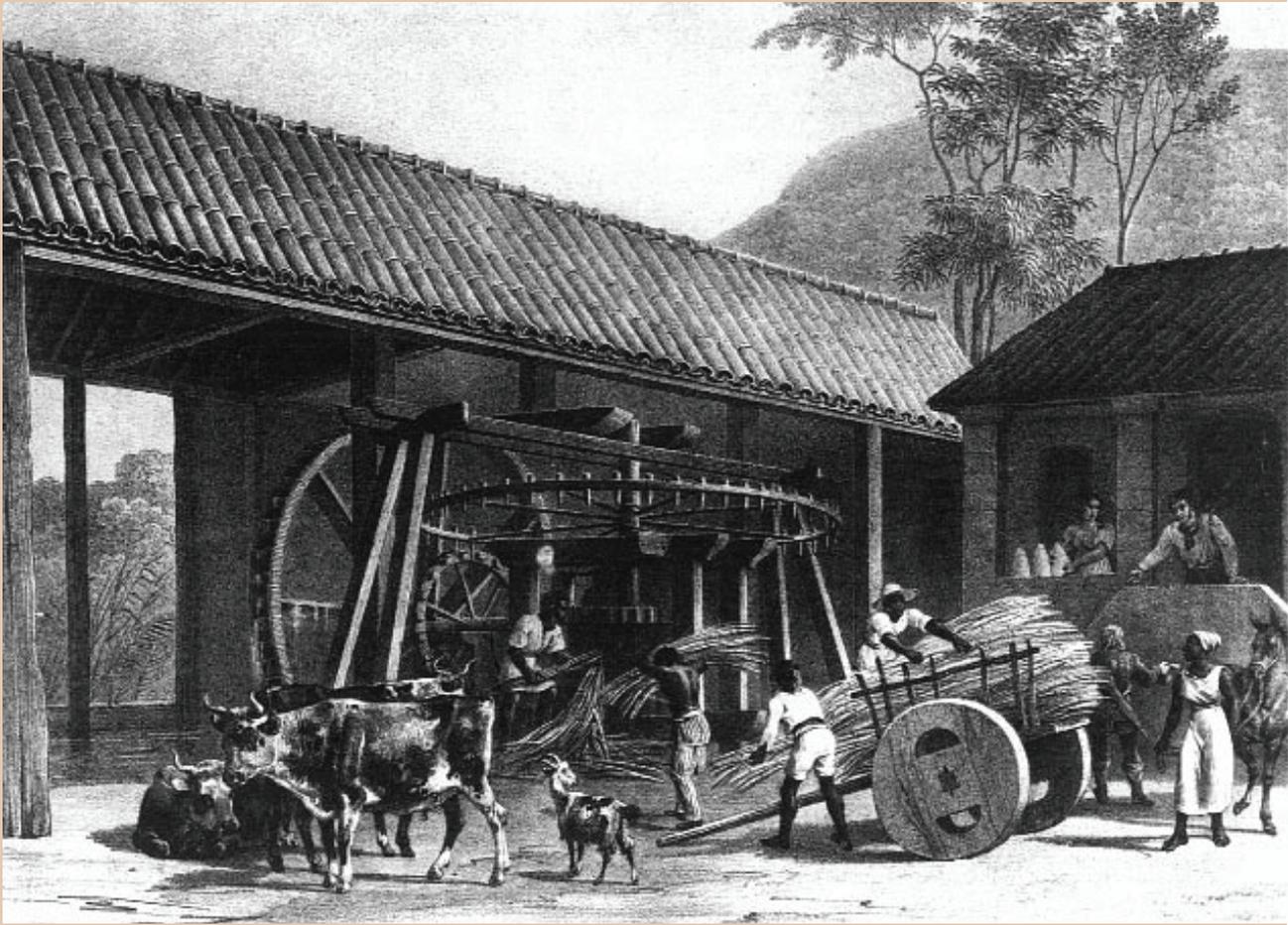
Destaca-se ainda o fato de que as regiões sobre as quais deve se dar esta expansão possuem características semelhantes à do Cerrado, como a Savana africana. O Cerrado

brasileiro é, atualmente, o bioma brasileiro mais afetado pela expansão da soja, e aquele em que se dá a maior parte da produção no país. É também no Cerrado que se prevê a maior parte da expansão da cana-de-açúcar, e o Zoneamento da Cana-de-açúcar aponta que a maior parte das áreas aptas para a cultura encontra-se naquele bioma.

No caso brasileiro o empresariado ligado ao agronegócio argumenta que a produção pode se expandir sem desmatamento adicional. Quanto à Savana Africana, esta preocupação parece não estar presente:

“Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete muito mais barato para a China”.

Carlos Ernesto Augustin, presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (Ampa)



Conclusões

Junto com a exportação do modelo de monocultivos de larga escala para produção de agrocombustíveis o Brasil também vem exportando políticas públicas na área de segurança alimentar e de produção de alimentos, gerando contradições em sua atuação externa e reproduzindo fora do país conflitos históricos existentes na sociedade brasileira entre a agricultura familiar e camponesa e a agricultura industrial voltada ao mercado externo.

As informações coletadas por este mapeamento indicam que os programas de cooperação do Brasil têm se articulado com as operações internacionais de instituições e bancos públicos que orientam seus investimentos externos ao suporte à internacionalização das empresas brasileiras. Neste momento portanto a tendência é que a cooperação brasileira, repetindo os erros da cooperação Norte-Sul, estaria atuando na cooperação Sul-Sul como linha auxiliar e de suporte à expansão dos interesses empresariais e privados de grandes corporações nacionais.

Estas corporações nacionais, por sua vez, estariam se articulando a um intenso e acelerado processo de internacionalização dentro e fora do país, onde observa-se que o Brasil passa a ser agente pró-ativo na veiculação dos interesses de empresas transnacionais na África por meio da cooperação brasileira. Os memorandos de entendimento para cooperação na África envolvendo Brasil, Estados Unidos e União Europeia, os investimentos em etanol em Angola visando a exportação para a Europa com tarifas mais baixas, e projetos como o Tropical Belt (envolvendo a cooperação ente Brasil, Estados Unidos e Comissão Europeia)

Estas corporações nacionais, por sua vez, estariam se articulando a um intenso e acelerado processo de internacionalização dentro e fora do país, onde observa-se que o Brasil passa a ser agente pró-ativo na veiculação dos interesses de empresas transnacionais na África por meio da cooperação brasileira. Os memorandos de entendimento para cooperação na África envolvendo Brasil, Estados Unidos e União Europeia, os investimentos em etanol em Angola visando a exportação para a Europa com tarifas mais baixas, e projetos como o Tropical Belt (envolvendo a cooperação ente Brasil, Estados Unidos e Comissão Europeia) são exemplos dessa dinâmica.

O mapeamento apontou com nitidez a centralidade de Moçambique como país que recebe de forma intensa tanto a exportação do modelo de monocultivos em larga escala para produção de agrocombustíveis como também os programas e políticas públicas na área de segurança alimentar, combate à fome e de apoio à agricultura familiar. Por este motivo consideramos que Moçambique é um caso emblemático das contradições da cooperação e investimentos internacionais do Brasil. Consideramos portanto que este mapeamento servirá de guia para, na continuidade, realizarmos uma pesquisa detalhada sobre os memorandos de entendimento bilaterais e trilaterais, acordos, programas e iniciativas de instituições públicas e privadas envolvendo Moçambique.

Esse olhar sobre a cooperação e investimentos brasileiros em Moçambique visa, por um lado, criticar e denunciar as violações de direitos territoriais e os conflitos socioambientais oriundos da presença de empresas brasileiras de agrocombustíveis e, por outro lado, pretende também incidir e disputar os rumos que a presença brasileira deveria ter junto à sociedade moçambicana. Um exemplo é o caso do Programa de Cooperação Japão-Brasil para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), voltado já há quatro décadas à expansão da soja no Cerrado brasileiro, que serve de referência para a implantação do Prosavana e que tem o potencial de reproduzir os graves problemas ambientais e conflitos sociais conhecidos no Cerrado. Estando em início de implantação, nosso objetivo é tentar problematizar e questionar o Prosavana com

base na experiência do Cerrado brasileiro, e incidir sobre a formulação de programas brasileiros de modo que não reproduzam em Moçambique os desastres ocorridos no Brasil.

A crítica, disputa e incidência sobre os processos de tomada de decisão sobre a cooperação e investimentos brasileiros requerem iniciativas de levantamento de informações e análises dentro do Brasil, e de articulação e ações concertadas entre entidades da sociedade civil no Brasil e na África. Os passos seguintes deverão incluir: demandar no Brasil a criação de mecanismos de transparência e disponibilização de informações que viabilizem a realização do necessário monitoramento e análise crítica; demandar no Brasil a criação de mecanismos de participação e consulta junto às instâncias formuladoras de diretrizes, políticas e programas de cooperação e investimentos internacionais; mapear os diagnósticos e estudos existentes; realizar estudos comparativos entre o contexto de expansão de monocultivos para produção de agrocombustíveis no Brasil e na África; especificamente, estabelecer conexões entre as informações sobre a expansão de agrocombustíveis em Mato Grosso e em Moçambique; realizar ações similares na área de políticas e programas de segurança alimentar e produção de alimentos em ambos os países; contribuir para o fortalecimento das articulações entre organizações e movimentos sociais dos dois países, como é o caso das iniciativas entre redes de segurança alimentar e entre afetados por empreendimentos de grandes empresas nos dois lados do Atlântico.

A cooperação e os investimentos do Brasil estão longe de se tornarem políticas públicas, baseadas na transparência e no controle democrático da sociedade. Este estudo e sua continuidade visam contribuir para que se constituam estas políticas públicas, e que as mesmas sejam fruto de propostas sobre qual cooperação e investimentos desejam as forças sociais que defendem os direitos e a justiça social e ambiental no Brasil e no mundo.

(*) Com contribuições do Núcleo Justiça Ambiental e Direitos, FASE.

Referências

ANP. *Boletim mensal do biodiesel*. Janeiro de 2012. Disponível em <http://www.anp.gov.br/?pg=59453&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1331241831321>, acesso em 06/03/12.

BNDES. *Estudo de viabilidade de produção de biocombustíveis na União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA): África Ocidental e Brasil frente aos desafios das energias renováveis*. CSAO/OCDE e CEREEC/CEDEAO, 6/12/11. Apresentação em PowerPoint. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/12/17/49258016.pdf>, acesso em 28/02/12.

_____. *Bioetanol de açúcar. Energia para o desenvolvimento sustentável*. BNDES e CGEE, novembro de 2008.

BRADESCO. *Soja*. Apresentação em PowerPoint. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco, janeiro de 2012. Disponível em http://www.economiaemdia.com.br/static_files/EconomiaEmDia/Arquivos/infset_soja.pdf, acesso em 06/03/12.

EMBRAPA. *Guia de Relações Internacionais da Embrapa*. Brasília, DF. Embrapa, Assessoria de Relações Internacionais, 2009. Disponível em http://www.embrapa.br/a_embrapa/unidades_centrais/sri/publicacoes/Guia%20de%20Relacoes%20Internacionais%20da%20Embrapa.pdf, acesso em 01/03/12.

_____. *Projeto de melhoria da capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da Agricultura no corredor de Nacala em Moçambique*. S/ data. Disponível em <http://www.undp.org.br/Extranet/SAP%20FILES/MM/2011/14740/PROSAVANA-TEC%20-%20RESUMO%20>

[EXECUTIVO.pdf](#), acesso em 14/03/12.

EMBRAPA SOJA. *Embrapa Soja inovando para um mundo melhor*. Londrina. Embrapa Soja, 2009. Disponível em <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/664420/1/FOLDERINSTITUCIONAL.pdf>, acesso em 06/03/12.

FGV. *Biofuel Production in the Republic of Senegal. Summary of the Final Report of Stage 1, Feasibility Study*. Novembro de 2010. Disponível em <http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/Produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20Biocombustiveis%20no%20SENEGAL.pdf>, acesso em 01/03/12.

_____. *Feasibility Analysis for Biofuel Production and Investment Recommendation*. Abril de 2009. Disponível em <http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/328.pdf>, acesso em 03/03/12.

FURTADO, A. T. et al. *O sistema de inovação da agroindústria canvieira brasileira*. Apresentado no VI Congresso Brasileiro de Planejamento Energético, Salvador, maio de 2008.

GOMIDE, Ricardo. *Biodiesel no Brasil*. MME. Apresentação em PowerPoint. São Paulo, 18.11.2011. Disponível em http://www.fAAP.br/cees/biodiesel/pdf/ricardo_borges_gomide.pdf, acesso em 28/02/12.

GONÇALVES, G. *O Papel da Petrobras Biocombustível no Futuro da Agroenergia – Quais as Perspectivas?* Apresentação em PowerPoint. 6º Congresso Brasileiro de Melhoramento de Plantas. Petrobras. Búzios, agosto de 2011.

GUARANY, C. *Economic and social impacts of implementing projects in food production and agroenergy*, in *Cadernos FGV Projetos*, ano 6, nº 17, *Agribusiness in Brazil*, novembro de 2011. Disponível em <http://www.fgv.br/fgvprojetos/>, acesso em 01/03/12.

IPEA. *Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul*. Ipea, 2011. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/111222_livropontesobreoatlanticopor2.pdf, acesso em 02/03/12.

MARINHO, F. *A cooperação entre Brasil e Estados Unidos na área de biocombustíveis*.

PUC-SP. São Paulo, 2011. Disponível em <http://repositorios.inmetro.gov.br/handle/10926/1259>, acesso em 01/03/12.

Mello, Fátima. *A cooperação brasileira em um mundo em transição*, FASE, setembro 2011.

MRE. *Balanco de Política Externa 2003-2010, Energias Renováveis*. Brasília, 2011. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/3.2.11-temas-multilaterais-energias-renovaveis/view>, acesso em 02/03/12.

_____. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação na área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis. Disponível em http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_54/, acesso em 09/07/12.

OLIVEIRA FILHO, L. *Cooperação internacional na produção de etanol: limites e oportunidades*. FGV, ESALQ e EMBRAPA. Campinas, 2010. Disponível em www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/876135/1/tese.pdf, acesso em 01/03/12.



Realização



Apoio

